

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo numa sociedade esfacelada em que a maioria da população mundial passa fome, enquanto que uma minoria desperdiça comida. A pobreza não pára de crescer, aumenta todos os dias o número dos excluídos das oportunidades. A vida dos nossos jovens praticamente é dizimada pelo consumo de drogas. Há, hoje, mais desempregados, famintos e drogados do que nunca, chegando a cifras sem precedentes na história da humanidade. Estamos falando de uma depressão grave, da fome, dos suicídios, da criminalidade, da desesperança, da melancolia, das drogas, dos desequilíbrios e distúrbios de comportamentos que enfraquecem a força vital da sociedade contemporânea.

Então cabe a indagação: Para quem serve o desenvolvimento econômico? Os grandes interesses econômicos – essa complacente adesão ao modelo de produção, consumo e organização social dos países ricos – estão em contradição crescente com as necessidades básicas de sobrevivência da nossa sociedade. A estabilidade do sistema se sustenta no poder de dominação dos grandes agentes econômicos, das mega-corporações, dos onipotentes grupos financeiros internacionais e, também, na subalteridade dos governos dependentes, dos poderosos grupos econômicos nacionais. Tristemente, o destino de nossas sociedades continua sendo modelado pelas interpretações dos economistas associados com esses agentes dominantes,

armados com seus dogmas e receituários econômicos, valores quantificáveis, fundamentalismos comerciais, alucinados por um emocional de lucros e negócios.

Além disso, quando estas realidades são alimentadas pela mídia e suas interfaces, passando a fazer parte de nossas vidas, observamos uma sutil construção negativa de um efeito perverso: a nova maneira de sujeição – a indiferença social. Este é o modo de vida a que chegamos, a uma consequência visível de um modo de produção vigente que vem sendo construído, desde os anos 70, em resposta à crise econômica do capitalismo. Desta reestruturação surge o modelo conhecido como neoliberalismo. Este modelo reorganiza a sociedade em alicerces e pressupostos baseados na competição para garantir os ganhos do capital, através de estratégias perversas onde uma parte da sociedade deve ser excluída. Os excluídos, por sua vez, são criminalizados, negados, desconsiderados, instrumentalizados, visualizados como incapazes e carentes, politicamente focalizados para serem “clientelizados” pelos programas compensatórios dos governos.

É dentro desta realidade que está inserida a instituição - Escola, atravessada também sob esta lógica dominante do capital, produzida pelos seus diversos dispositivos ideológicos e que, conseqüentemente, influencia a construção de subjetividade e conhecimento na escola. Dentro desse cenário, a pesquisa procura compreender os propósitos e os sentidos que o projeto neoliberal assume nesse profundo processo de fragmentação que resultou nesta situação dramática de exclusão.

Neste sentido, o neoliberalismo é um modelo excludente que se articula através dos mecanismos ideológicos sutis que vão assumindo formas mais sofisticadas de violência, tornando a dominação contemporânea cada vez mais invisível. Esta relação do neoliberalismo com os mecanismos ideológicos é impeditiva de construção de subjetividade/conhecimento, na medida em que ataca as condições necessárias para que esta construção aconteça. Desta forma, essas novas estratégias de poder têm conseqüências trágicas na construção do sujeito contemporâneo e na educação escolar, principalmente, onde há uma necessidade biológica e ontológica de autoconstrução e de produção da diferença.

Esta é a idéia principal que vai perpassar todo nosso trabalho. A partir dela tentaremos estudar o processo de (des) construção da subjetividade/conhecimento nas Escolas Públicas de Ensino Médio da região da ex - Quarta Colônia Italiana, RS, Brasil. Ou seja, como em situação de neoliberalismo vai se configurando uma determinada realidade escolar que vai consolidando o poder através da educação escolar.

A análise deste processo será feita sem perder de vista as raízes históricas anteriores ao neoliberalismo como também as evidências do presente. Lembramos que este corte é arbitrário, ainda que marque o início de uma nova fase do capitalismo. Trata-se de um corte metodológico e não significa, de forma alguma, que o passado não contenha resquícios de práticas ideológicas e pedagógicas que vamos analisar neste trabalho.

Tentaremos, a seguir, caracterizar brevemente o contexto do problema de nossa pesquisa, apresentando essa nova fase do capitalismo - o neoliberalismo, que se tornou definitivamente um sistema produtor não apenas de mercadorias, mas também de subjetividades capitalísticas, modelizando semioticamente desejos, afetos, necessidades, padrões estéticos, éticos e políticos, intervindo diretamente no inconsciente das pessoas com finalidade de reproduzir seus ciclos

econômicos. Aliás, é na contemporaneidade que o neoliberalismo vai sedimentando e impondo dissimuladamente um senso comum à sociedade atual.

Por isso, transitar pelo tema do neoliberalismo, subjetividade e conhecimento não tem nada de simples. A filosofia, a sociologia, a educação, a economia, a antropologia e a psicologia vêm se debatendo com esses conceitos, historicamente, de diferentes maneiras, na modernidade e, atualmente, nos questionamentos à contemporaneidade.

Ao situar o problema dentro do atual modelo capitalista de globalização, que tem no neoliberalismo sua expressão política, é preciso adentrar nesse universo em que os novos padrões de acumulação de capital vêm acompanhados de conceitos e práticas que dão forma às novas relações econômicas, políticas, educacionais e culturais da virada do século XX e início do século XXI.

A chamada terceira Revolução Industrial¹, as grandes inovações tecnológicas, a reestruturação produtiva, as novas relações decorrentes da reorganização do trabalho e a formação dos mercados regionais são elementos historicamente colocados pelos novos parâmetros de desenvolvimento econômico capitalista.

As modificações estruturais e materiais vêm acompanhadas e articuladas numa intensa cadeia conectada e sustentada por um sistema de idéias, princípios e concepções coerentes com os objetivos e as metas estabelecidos pela economia de mercado. Há uma sintonia entre o que é dito, apregoado e difundido no plano das idéias e o que é feito concretamente.

¹ COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica. In: *Revista de Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n 1, v.1, p. 69-87, 1992, p. 69-87.

Os meios de comunicação, no seu cotidiano, atuam intensamente, submetendo as pessoas a um bombardeio permanente das sínteses ideológicas² que explicam e justificam a supremacia do mercado como força indutora e reguladora de todas as nossas ações.

O interesse hegemônico do capital cria uma imposição cultural mundial, obedecendo ao critério de consumismo, onde a imagem do indivíduo é mais importante que as características suas, tais como inteligência, a solidariedade, a cooperação, confiança, a capacidade de participação etc. O mundo globalizado aproveita-se da mídia internacional, para difundir opiniões públicas distorcidas das realidades locais, onde o consumismo torna-se o maior objetivo de cada pessoa.

A retórica do livre mercado espalha-se pelos quadrantes do mundo, servindo como o suporte ideológico para a chamada globalização da economia que nada mais é do que a difusão de padrões de consumo, de novas tecnologias, sob o controle de grandes corporações sediadas nos países que constituem o centro da economia mundial³.

O neoliberalismo é o velho liberalismo metamorfoseado, nascido da Revolução Industrial do século XVIII, mas que, no decorrer do tempo, foi reelaborado enquanto sistema de idéias que concebe o homem e a sociedade como sujeitos e produtos da construção da livre concorrência, da ação dos mais competentes, mais eficazes, cujas credenciais são resultantes da “liberdade suprema”, só assegurada pela existência plena do livre mercado.

A partir do último quarto do século XX, tanto a revolução tecnológica em curso (que envolve a robótica, a informática, a biotecnologia, a tecnologia dos materiais e a sofisticação dos aparelhos orientadores da opinião pública e agenciadores de comportamentos) quanto a

² Trabalhamos com o conceito de ideologia no sentido de construção e não de representação. Na verdade, não existe representação. Nós não representamos o mundo lá fora. Nós o construímos dentro de nós com as nossas conexões internas a partir das interações. Nesse sentido, ZIZEK trabalha com o conceito de ideologia como uma reconstrução interna. E determinadas condições, nós nos submetemos mais, e em outras menos, em relação a como nós reconstruímos o dominador dentro de nós. Portanto, é uma construção e não é uma reprodução/representação. ZIZEK, Slavoj. *O Mapa da Ideologia*. São Paulo: Contraponto, 1996, p. 7 – 38, passim.

³ McLAREN, P.; FARAHMANDPUR, Ramin. *Pedagogia Revolucionária na Globalização*. RJ: DP&A, 2002, p. 26.

organização dos mega-conglomerados e dos mega-mercados, bem como o super-desenvolvimento dos capitais especulativos e dos signos como mercadorias (*softwares* a logomarcas ou códigos genéticos (sob *copyright*) imprimiram uma série de novas determinações ao capitalismo.

No contexto desta conjuntura também temos mudança na forma de exercer o poder na sociedade. De acordo com Deleuze⁴, passamos de uma sociedade disciplinar amplamente analisada por Foucault⁵, para uma sociedade de controle. Na primeira, a opressão se praticava fisicamente sobre os corpos e nos confinamentos (prisão, fábrica, escola, família). Na segunda, sociedade de que fazemos parte, principalmente a partir dos anos 70, o controle se dá pela colonização da alma através de uma auto-opressão. Conforme referencia Pellanda⁶, existe na contemporaneidade uma “*captura do desejo, da capacidade de invenção de vida, capacidade de simbolizarmos, da capacidade de ser com o outro e, principalmente, de nossa capacidade de construir conhecimento, da capacidade esta que se confunde com o processo vital*”. Nesse sentido, há um controle contínuo que invade a alma através de imagens e pensamentos, que não são as do sujeito, representando uma violência biológica, epistemológica e ontológica, como veremos no decorrer deste trabalho.

No caso da vida humana, entretanto, o consumo não apenas visa satisfazer necessidades naturais e biológicas, como também necessidades culturais que são produzidas pelo próprio modo de viver das sociedades. Mais do que isso, o consumo também se realiza para satisfazer desejos, preencher ansiedades, sentir-se especial, aplacar medos etc, podendo ser modelizado pelos movimentos de produção de subjetividade capitalística que constrói certas qualidades virtuais que acabam determinando sua aquisição e consumo. Aqui, chamaremos atenção para o fato de que o neoliberalismo não é uma entidade que produz subjetividade, mas ele é atravessado por múltiplos agenciamentos que o levam a isso, a produção de subjetividade.

⁴ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992, p. 220.

⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir* – História da Violência nas Prisões. 20. ed. Petrópolis:Vozes, 1999.

⁶ PELLANDA, Nize. À guisa de introdução: reflexões sobre neoliberalismo e subjetividade. In: MC LAREN, Peter. *A Pedagogia da Utopia*. Conferências na UNISC. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p.11.

A educação que estamos analisando caracteriza-se pelo tecnicismo enquanto pedagogização da vida coletiva na escola, que vem sendo construído há décadas em nosso país. O que hoje vivemos sob a designação ainda de “políticas neoliberais”, vem sendo gestado ao longo da era moderna sob a égide do racionalismo cientificista e reducionista⁷. Este paradigma aponta para a autonomia técnica do conhecimento, para a objetividade da ação e para a necessária constituição de categorias e modelos, fundamentados em princípios com estatutos de leis naturais, universais, que permitem, no cotidiano, legitimar e ordenar as práticas educativas nos diversos setores, entre os quais a nossa educação.

As estratégias neoliberais para educação enquanto medidas radicais para a crise do capitalismo só ganham visibilidade, no Brasil, a partir dos anos 90, com aprovação da nova LDB (Leis e Diretrizes Básicas da Educação). A linguagem utilizada revela o conteúdo cultural que deu novo sentido para a escola, ajustada ao projeto de reconversão econômica, social, política e cultural⁸. Os textos estão repletos de vocabulários tais como: competitividade, vantagens comparativas, produtividade, eficiência, eficácia, gestão do conhecimento e controle. Além das medidas de enxugamento econômico realizado no setor público pela exigência internacional de globalização da economia.

A escola trabalha numa visão predominante empirista/positivista, incluindo as teorias e tendências pedagógicas que reforçam este tecnicismo e o neotecnicismo. Tem-se como marcas a supervalorização do conteúdo como verdade absoluta, pronta e acabada, a aprendizagem como adestramento ou treinamento, a desvalorização das experiências, das interações, do entorno. Inscreve-se, igualmente, a hierarquização, a excessiva burocratização, a rigidez curricular, a normatização exacerbada, relações verticais de poder autoritárias e a supervalorização do consenso como instrumento de manutenção do *status quo*. Por conseguinte, a educação e a escola se configuram como reprodutoras da diferenciação social e da exclusão.

⁷ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2002, p. 42.

⁸ FRIGOTTO, G. Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional. In: GENTILI, P. (Org.) *Pedagogia da Exclusão*. Crítica ao Neoliberalismo em Educação. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 79.

Dentro deste quadro, a concepção de conhecimento gira em torno do pressuposto da representação. Nesta concepção, o cérebro recebe passivamente informações vindas já prontas de fora, o sujeito não faria parte da realidade. Segundo este modelo teórico privilegiado pela cultura sob a qual vivemos, o conhecimento é apresentado como resultado do processamento de tais informações. Em consequência, quando se investiga algo ou o próprio conhecimento como ele ocorre, a objetividade é privilegiada e a subjetividade é descartada como algo que poderia comprometer a exatidão científica – a dita neutralidade científica. Nesse sentido, a função nossa seria fazer representações mentais (que conteriam as informações), onde nossa mente seria um espelho da natureza ; o trabalho, então, é extraí-las dele por meio da cognição.

Partindo desta caracterização sobre neoliberalismo, subjetividade e conhecimento acima referidos, levantamos a pergunta central: quais são os mecanismos ideológicos neoliberais que impedem a construção de subjetividade/conhecimento e quais são as implicações para o desenvolvimento de uma região? Outras questões importantes que se depreenderam daí, e que tentaremos responder no decorrer do trabalho são: como trabalham esses mecanismos no impedimento de se construir autoria/rede/conhecimento num ambiente escolar? Existem possibilidades de fazermos rupturas com os códigos e as normas de padrão de subjetividades da cultura em que vivemos? E quais são as ressonâncias desse processo ao desenvolvimento regional?

A hipótese geral que norteará nossa caminhada é a de que o neoliberalismo, atravessado por múltiplos agenciamentos, leva ao impedimento da construção de subjetividade/conhecimento. Pois, a partir daí, ele constrói sentidos que influenciam nas funções de organização da sociedade e da vida dos indivíduos. Em outras palavras, o neoliberalismo estimula estratégias e comportamentos subjetivos necessários à sua manutenção e o modo pelo qual nos subjetivamos retroalimenta a adesão às crenças econômicas neoliberais. Conseqüentemente, este processo pode trazer implicações fortes para o desenvolvimento regional, no sentido de que certas estratégias

ideológicas neoliberais agem no sujeito como inibidores da construção das seguintes dimensões humanas: confiança, autonomia, auto-estima, participação, produção da diferença e singularidade, aspectos subjetivos inerentes na construção do capital social.

Nesta direção, o objetivo geral desta pesquisa será realizar um estudo dos principais dispositivos ideológicos neoliberais presentes nas Escolas Públicas de Ensino Médio da Região da ex - Quarta Colônia Italiana - RS, analisando a forma como estes impedem a construção de subjetividade e conhecimento, bem como traduzir um olhar sobre o papel da educação na potencialização ou não do capital social, aspectos inerentes ao desenvolvimento regional.

O quadro teórico com o qual trabalhamos os conceitos, as referências e observações são sempre explicitados com notas de rodapé. Neste sentido, esta dissertação de mestrado foi dividida em seis capítulos, subdividimos em vários itens, descritos, resumidamente, abaixo. Esta organização somente tem sentido para fins formais, porque tomaremos o trabalho como um movimento onde tudo está interligado aos “nós” de uma complexa rede. Portanto, um caminhar que começa onde termina e termina onde começa.

No primeiro capítulo tratamos da contextualização regional da Quarta Colônia Italiana, objetivando, inicialmente, buscar o processo histórico da colonização italiana no RS com as políticas do Império e da República. Logo após, o processo de desterritorialização e de reterritorialização dos imigrantes. Em seguida, os aspectos sociais, culturais e econômicas da Colônia até sua fragmentação territorial em novos municípios. Esta recuperação histórica da região ajudará a entender os movimentos, dispositivos e mecanismo explícitos e implícitos de poder que produziram efeitos, principalmente sobre os corpos, as populações e as instituições pedagógicas disciplinares. As mudanças e os investimentos de saber e poder, neste espaço, permitem analisar o sujeito dividido e normatizado em que se tornou ao participar daquela sociedade. Também visa compreender como as evidências históricas sócio-culturais como:

tradição, trabalho e práticas colaborativas tiveram importância na formação do capital social da região.

No segundo capítulo procuramos centralizar a discussão sobre a simbiose⁹ do capitalismo. Seu objetivo será trazer alguns fundamentos clássicos da teoria liberal, para darmos conta das idéias de que se servem os neoliberais para formularem os seus princípios teóricos. Em seguida, abordaremos o processo de globalização, visto em sua essência, num plano mais geral, como um processo de aprofundamento das tendências mais iminentes do sistema capitalista. Neste sentido, procuramos centrar as leituras nos malefícios advindos da globalização econômica, causadora, nos países subdesenvolvidos, da crescente exclusão social e da pobreza. Pois, a exclusão social é apenas um resultado da implantação deste processo, através da desregulamentação da economia, favorável ao mercado livre, ao Estado mínimo e o capital especulativo. Por último, analisamos o processo de transformação pelo qual passa o capitalismo, relacionando-o com a produção de mecanismos ideológicos da sociedade disciplinar e de controle.

No terceiro capítulo tratamos dos conceitos de subjetividade e conhecimento. Analisamos a produção e os múltiplos processos que moldam a subjetividade capitalística. Em seguida, mapeamos um breve histórico do conhecimento a fim de compreendê-lo em suas diferentes lógicas e épocas até chegarmos à complexa Biologia da Cognição também chamada de Teoria da Autopoiese, desenvolvida pelos neurobiólogos Humberto Maturana e Francisco Varela.

Nesta direção, procuramos explicitar e analisar os fundamentos biológicos do pensamento complexo destes autores sob dois aspectos. Num primeiro momento, enfocamos a organização geral dos seres vivos e, no segundo, procuramos destacar os fenômenos biológicos do processo de cognição. O processo de cognição dar-se-á pela descrição destes três elementos: função, processo e episteme. Na caracterização como função, procuramos mostrar a cognição como uma capacidade de aprendizagem dos sistemas vivos com seu próprio operar autopoietico, ou seja, a

⁹ Chamaremos de simbiose o processo do liberalismo, neoliberalismo e da globalização pela sua confluência, ou seja, pela sua imbricação de fronteiras. Tornando-se uma vida em comum.

cognição como uma função interna ao sistema. Na caracterização como processo, mostraremos a cognição como um processo no qual o sujeito e o ambiente apreendem e se reconhecem mutuamente, ou seja, a capacidade de aprendizagem que têm os sistemas vivos com o seu operar. Por último, veremos a cognição como uma capacidade de aprender com o próprio aprendizado, formulando os pressupostos de como se explica uma observação, quer dizer, conhecer a episteme de um conhecimento significa conhecer o conhecimento deste conhecimento.

O quarto capítulo é o momento de um contato com a dinâmica do desenvolvimento regional contemporâneo, a partir da relação entre o global e o local/regional e na busca de uma mediação através da democracia. Para isto, propomos e ousamos estabelecer interfaces com a teoria da autopoiese baseada em Maturana, capaz de servir de base para as reflexões sobre fenômenos sociais e a construção de capital social. Há, portanto, uma teoria da cooperação implícita na teoria de Maturana que enfocaremos em três conjuntos: a) a cooperação está na constituição do humano; b) a cooperação está na fundação do social e, c) a competição não funda o social nem constitui o humano.

A concepção metodológica utilizada na pesquisa, contemplada no capítulo cinco, está assentada na teoria da autopoiese e ancorada no paradigma da complexidade. Os pressupostos da Teoria da Autopoiese quando aplicados como instrumentos de análise, permitem perceber a complexidade da dinâmica para registrar os movimentos que se dão em rede também complexa, cujas linhas e “nós” compõem a paisagem deste estudo.

No capítulo seis apresentaremos os resultados a partir da análise e interpretação dos dados recolhidos nas escolas e dos sujeitos da pesquisa. Emergem eixos e fluxos na rede reveladores de impedimentos da autonomia e da própria rede. Ou seja, os impedimentos são de construção de subjetividade capitalística e agem sobre o sujeito reprimindo sua autonomia – o próprio processo autopoietico, através de estratégias ideológicas de uma dominação sutil e branda.

No sétimo capítulo, reservado às considerações finais, nós procuramos continuar com as reflexões dos pressupostos desenvolvidos ao longo do trabalho, no sentido de ampliá-la através da síntese de algumas discussões e idéias não concluídas, esboçadas na rede indicando movimento. Este movimento encerra-se na reflexão da interligação de todas as coisas, num caminhar que, como já dissemos, começa onde termina e termina onde começa. É o que caracteriza e explica a Teoria da Autopoiese e da complexidade.

Portanto, cabe destacar a relevância social deste trabalho para a área da educação e para o desenvolvimento regional, quanto à questão das características que precisa ter a Escola Pública de Ensino Médio numa região, para potencializar e ser potencializada por um projeto de desenvolvimento regional, principalmente no que se refere à formação e investimento no capital social e cultural disponível na comunidade. Assim, esperamos que os resultados obtidos, mesmo sendo respostas provisórias, possam contribuir para uma reflexão/revisão crítica da *práxis* nas escolas e oferecer ao corpo docente novas perturbações sobre a construção de subjetividade/conhecimento que valoriza a divergência, a conectividade, autonomia, a criatividade, a interatividade e que encoraje a explosão dos sentimentos e emoções.

